

# IRLANDA

## REPÚBLICA DA IRLANDA

Chefe de Estado:

Mary McAleese

Chefe de Governo:

Brian Cowen

Penal de morte:

aboliconista para todos os crimes

População:

4,5 milhões

Esperança média de vida:

79,7 anos

Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):

6/6 por 1000

Novas disposições do código penal limitaram ainda mais o direito ao silêncio, ao permitirem que sejam feitas suposições adversas com base no silêncio de uma pessoa durante um interrogatório policial. Os processos de concessão de asilo continuaram a ser prolongados, e não tinham suficientemente em conta as necessidades das crianças. Foram publicados dois relatórios sobre o abuso de milhares de crianças por padres católicos ao longo de décadas. Os abusos foram encobertos pela Igreja e pelas autoridades estatais. Registaram-se deficiências nos serviços de saúde mental. A forma como o sistema de justiça criminal tratava as vítimas de violação causou preocupação. Os direitos humanos das vítimas de tráfico não foram adequadamente protegidos.

## Desenvolvimentos legais, constitucionais ou institucionais

A Lei (Emenda) de Justiça Criminal de 2009, aprovada em Julho, alargou o âmbito do Tribunal Criminal Especial, sem júri, a certos crimes de "criminalidade organizada". As disposições da nova lei permitiam também que fossem feitas suposições adversas com base no silêncio de uma pessoa durante um interrogatório policial, minando desta forma o seu direito a não ser obrigada a testemunhar contra si própria. A Comissão dos Direitos Humanos da Irlanda (IHRC) queixou-se de que o Parlamento (Oireachtas) e a população tinham tido pouco tempo para avaliar a nova lei.

Em Julho, a IHRC afirmou que a redução de 32 por cento no seu orçamento para 2009 prejudicava seriamente as suas actividades. Recomendou ainda que devia prestar contas ao Parlamento, e não a um departamento governamental.

A Lei da União Civil de 2009, publicada em Junho, propunha que os casais de pessoas do mesmo sexo, de sexos diferentes ou os casais que vivem em união de facto pudessem registar formalmente a sua união civil. A Lei reconhecia a estes casais vários direitos e deveres até então apenas concedidos às pessoas casadas. Os grupos de defesa dos direitos das lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais criticaram a Lei por não conceder aos casais do mesmo sexo o direito ao casamento e por não resolver a insatisfatória situação legal dos filhos dos casais de pessoas do mesmo sexo.

## Forças policiais e de segurança

Em Abril, a IHRC, embora saudando as iniciativas positivas em curso na polícia (An Garda Síochána) para melhorar o respeito pelos direitos humanos, manifestou a sua preocupação com a lentidão das reformas em áreas-chave. A IHRC fez uma série de recomendações sobre as reformas adicionais necessárias para que aquela força fosse mais transparente e responsabilizável. Apelou ainda à atribuição de recursos suficientes à Comissão de Provedoria da Garda Síochána, encarregada de investigar as queixas contra a polícia, para que esta pudesse desempenhar as suas funções de maneira mais eficaz.

## Condições nas prisões

Em Outubro, a IHRC informou o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas de que as condições nas prisões eram inaceitáveis, equivalendo por vezes a tratamento desumano e degradante, e que nos 12 meses anteriores a sobrelotação tinha atingido índices graves, aumentando o risco de violência entre reclusos.

## Contra-terrorismo e segurança

O comité governamental criado em 2008 para rever e reforçar a legislação relacionada com a investigação dos alegados voos de rendição não fez qualquer proposta legislativa.

### **Prisioneiros da Baía de Guantánamo**

Em Setembro, o governo anunciou ter aceitado acolher dois antigos prisioneiros da base naval norte-americana da Baía de Guantánamo, em Cuba.

## Refugiados e requerentes de asilo

A duração dos processos de asilo, que nalguns casos era de três a cinco anos, continuou a ser motivo de preocupação. A legislação proposta em 2008 para introduzir um único processo de determinação do estatuto de refugiado e de outras formas de protecção não entrou em vigor.

Em Novembro, a Provedora das Crianças considerou que as crianças requerentes de asilo desacompanhadas recebiam um tratamento inferior ao das outras crianças que estavam a cuidado do Estado, com muitas delas a residirem em albergues privados não inspeccionados. A Provedora manifestou ainda preocupação pelo desaparecimento, entre 2000 e Junho de 2009, de 419 crianças desacompanhadas que estavam ao cuidado do Estado, e criticou a resposta das autoridades a estes incidentes. Concluiu ainda que os processos de asilo não levavam suficientemente em conta a idade e a vulnerabilidade das crianças.

## Direitos das crianças

Em Maio, o relatório da Comissão de Inquérito ao Abuso de Menores (relatório Ryan) expôs os abusos físicos, emocionais e sexuais sofridos por mais de 30 mil crianças colocadas pelo Estado em instituições geridas por ordens religiosas católicas entre 1936 e 2000. O relatório considerou que o Departamento de Educação, as autoridades de saúde e as ordens religiosas não tinham protegido as crianças nem investigado as queixas devidamente. Em Julho, o governo comprometeu-se a implementar as recomendações da Comissão, incluindo o pagamento de compensações às vítimas dos abusos e a resolução de falhas graves no sistema de protecção e assistência a menores.

O relatório da Comissão de Investigação da Arquidiocese de Dublin (relatório Murphy) à forma como a Arquidiocese lidou com os casos de abusos sexuais de menores entre 1975 e 2004 foi publicado em Novembro. O relatório concluiu que centenas de casos de abusos foram encobertos pela Igreja e pelas autoridades estatais, incluindo a polícia.

O referendo sobre a inclusão dos direitos da criança na Constituição sofreu um novo adiamento.

## Direito à saúde – saúde mental

Registaram-se deficiências nos serviços de saúde mental, principalmente no caso de grupos vulneráveis como crianças ou pessoas com deficiências intelectuais. Em Maio, o Inspector dos Serviços de Saúde Mental descreveu a admissão de 247 crianças em unidades para adultos em 2008 como "indesculpável, contraterapêutica e quase exclusivamente uma medida de custódia".

Em Abril, a Comissão de Saúde Mental publicou um relatório sobre as práticas de assistência e tratamento em duas instituições de saúde mental de Clonmel. Encontrou instalações pobres e sem segurança, índices elevados de pacientes feridos em circunstâncias desconhecidas, medicação desapropriada e recurso ao isolamento de pacientes, inexistência de níveis básicos de privacidade e restrições à movimentação.

## **Direitos das mulheres**

Em Dezembro, a análise feita pela Rape Crisis Network (rede de apoio a vítimas de violação) à resposta da do sistema de justiça criminal aos casos de violação revelou que apenas chegaram a julgamento 30 por cento das queixas apresentadas à polícia. O relatório revelou ainda que a polícia e o Ministério Público avaliavam a credibilidade das queixas de violação com base em estereótipos limitados, factor que impedia muitas sobreviventes de apresentar queixa. Concluiu também que o motivo que mais levou as vítimas a considerar desistir da queixa foi a forma como foram tratadas pela polícia.

Também em Dezembro, decorreu na Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem uma audiência relacionada com o caso de três mulheres que se queixaram de que as restrições ao aborto na Irlanda violavam os seus direitos humanos.

## **Tráfico de seres humanos**

Um relatório do Conselho de Imigração da Irlanda concluiu em Abril que pelo menos 102 e possivelmente muitas mais mulheres e crianças foram traficadas com fins de exploração sexual para ou através da Irlanda num período de dois anos.

Em Junho, o governo publicou um plano nacional de acção, com a duração de três anos, com vista a prevenir e combater o tráfico. A sua proposta de continuar a alojar vítimas de tráfico nos centros de acolhimento de requerentes de asilo levantou a preocupação de que poderiam não estar adequadamente protegidas contra o risco de novos abusos. Muito poucas vítimas tiveram direito a um período de "reflexão e recuperação".

## **Comércio de armas**

O governo não publicou o seu primeiro relatório sobre exportação e comércio de armas referente a 2008, obrigatório ao abrigo da Lei de Controlo de Exportações de 2008.